

Google é convocado por resistir a termo de conduta

A CPI da Pedofilia decidiu convocar a direção do Google no Brasil para explicar por que, alegando a perda de privacidade de seus clientes, estaria resistindo a aceitar o termo de ajustamento de conduta com o Ministério Público e a Polícia Federal. Entre outras medidas, a CPI vai apurar casos de exploração sexual de crianças revelados pela Operação Arcanjo e quebrar o sigilo de 23 páginas do UOL. **2**

Ao lado de Magno Malta (E), Demostenes Torres prevê "medidas duras" se empresa não evitar pedofilia no Orkut

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br/jornal

Ano XIV – Nº 2.834 – Brasília, sexta-feira, 27 de junho de 2008

Caminhoneiros denunciam jornada excessiva de trabalho

Em audiência na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, representantes de motoristas de transporte coletivo e de carga denunciaram a excessiva jornada de trabalho a que a categoria é

submetida. Grupo de senadores inicia na segunda-feira o exame de projetos que propõem soluções para os problemas do setor. Uma das propostas é a regulamentação da atividade profissional. **4 e 5**



Representantes da área de transporte participam do debate, presidido por Paim (terceiro à esquerda, na segunda foto), com Jeová Pereira (E), Nélio Botelho, José dos Reis, Paulo Barck e José Carneiro



Senado analisará nova regra para prisão preventiva **3**

Mesquita Jr. aplaude lei que pune motorista embriagado **6**

Simon crê em acordo para vetar candidato processado **7**

Senado presta homenagem a bombeiros do Distrito Federal

Além de apagar incêndios e socorrer vítimas de acidentes, o Corpo de Bombeiros do DF, homenageado ontem pelo Senado, desenvolve trabalho social, como o atendimento a 3 mil crianças carentes e a 4 mil idosos. **3**



Adelmir Santana preside sessão em que o Senado reconhece o papel dos bombeiros do Distrito Federal

Brasil presidirá o Parlamento do Mercosul

Pela primeira vez, o Brasil vai presidir o Parlamento do Mercosul. Caberá ao deputado Dr. Rosinha comandar, nos próximos seis meses, o processo de consolidação do órgão – que representa as sociedades dos países membros do bloco – nos debates sobre a integração regional. **8**

Empresa estaria se recusando a firmar ajuste de conduta com Ministério Público e Polícia Federal. UOL e MySpace já assumiram compromisso

Direção do Google voltará à CPI da Pedofilia

A COMISSÃO PARLAMENTAR de Inquérito (CPI) da Pedofilia aprovou ontem requerimento convocando a direção do Google no Brasil para esclarecer resistências da empresa em relação ao conteúdo do termo de ajustamento de conduta (TAC) que está sendo discutido com o Ministério Público Federal

e a Polícia Federal. Conforme explicou o senador Demostenes Torres (DEM-GO), relator da CPI, o prazo para a assinatura do TAC acaba em 1º de julho e a falta de entendimento im-

pedirá que o compromisso seja firmado.

O depoimento da direção do Google, marcado para a próxima quarta-feira, será o segundo prestado pela empresa à CPI da Pedofilia. No início de abril,

Alexandre Hohagen, diretor-presidente do Google no Brasil, falou aos senadores sobre as denúncias de existência de material pedófilo entre os álbuns do Orkut, site de relacionamento mais popular, adquirido pelo Google em 2006.

Na ocasião, Hohagen afirmou que armazenaria e disponibilizaria as informações solicitadas pela Justiça brasileira. Atualmente, a empresa estaria apresentando dificuldades para assumir tal compromisso e a mudança de posição da empresa motivou a nova convocação pela CPI.

– O Google não quer assumir o compromisso de fornecer os dados, alegando que isso fere a privacidade de seus clientes. Se ficar comprovado que a empresa tem se recusado a assinar o termo

de ajustamento de conduta, vamos tomar medidas duras contra ela. Podemos requerer a abertura de inquérito policial para averiguar se o Google estaria acobertando criminosos, como afirmam o Ministério Público e a Polícia Federal. Se houver uma recusa de cumprir a legislação brasileira, podemos também solicitar ao Ministério da Justiça que inicie um procedimento para rever a concessão de operar no Brasil – assinalou Demostenes Torres.

O presidente da CPI, senador Magno Malta (PR-ES), anunciou ainda que serão convidados a participar da audiência Thiago Tavares, presidente da organização SaferNet Brasil, e Sérgio Suíama, procurador da República de São Paulo. Conforme ressaltou o senador, o Google deve adotar um termo de conduta nas mesmas condições já aceitas pelo provedor Universo On Line (UOL) e pelo site de relacionamento MySpace.



Magno Malta (E) e Demostenes Torres: comissão cogita pedir inquérito caso Google alegue que medidas ferem privacidade de usuários

Comissão ouve envolvidos em abuso sexual em RR

Membros da CPI da Pedofilia irão a Boa Vista entre 4 e 7 de julho para ouvir 16 pessoas envolvidas em denúncias de prática de pedofilia e abuso sexual contra crianças e adolescentes. A decisão foi tomada ontem pela comissão. Entre os acusados, identificados pela Operação Arcanjo, deflagrada no início de junho pela Polícia Federal (PF) em parceria com unidades policiais de Roraima,

estão o procurador-geral do estado, Luciano Alves Queiroz, e o major da Polícia Militar Raimundo Ferreira Gomes, que continuam presos.

De acordo com Magno Malta, o governador de Roraima, José de Anchieta Júnior, pediu apoio

da CPI na apuração do caso. Em Boa Vista, ainda serão ouvidos, entre outros, o funcionário do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima Hebron Silva Vilhena, além de Givanildo dos Santos

Governador de Roraima pediu à CPI que acompanhasse resultados da Operação Arcanjo

Castro e Lidiane do Nascimento Foo, que também estão presos sob acusação de integrar o esquema de exploração sexual de menores.

Magno Malta informou que a CPI vai apurar em Boa Vista a denúncia de envolvimento do deputado federal Luciano Castro (PR-RR), que teve o nome citado por uma vítima, no esquema de pedofilia em Roraima. O senador disse que o deputado, em declarações

informais, negou as acusações e anunciou sua disposição de comparecer à CPI para esclarecer os fatos.

A PF, com apoio do Ministério Público de Roraima e do Conselho Tutelar de Boa Vista, deflagrou a Operação Arcanjo em 6 de junho.

A investigação teve como base relatório do Conselho Tutelar, que revelou um esquema de exploração sexual de crianças de famílias humildes e em idades que variam de seis a 14 anos com a participação de autoridades, servidores públicos e empresários de Roraima.

Os acusados irão responder pelos crimes de prostituição infantil, estupro com violência presumida, atentado violento ao pudor e ainda corrupção de menores.

Pessoa ligada ao Google foi flagrada "bisbilhotando" CPI

O presidente da CPI da Pedofilia, Magno Malta, solicitou à Polícia do Senado que investigue Rilson Moura, flagrado pelo circuito interno de TV da Casa mexendo, antes do início da reunião da comissão, em requerimentos que seriam analisados ontem.

Moura, que se apresenta como jornalista e diretor de Informação Legislativa da Arko Advice, disse prestar serviços ao Google, fornecendo informações à empresa sobre os trabalhos da CPI.

– Quero que as imagens dele bisbilhotando os papéis da CPI sejam requisitadas. Ele usa um crachá da Câmara dos

Deputados vencido em 2005. Quero que ele seja identificado e que se apure a serviço de quem ele está. Quero saber por que ele estava mexendo em requerimentos da CPI, pensando que ninguém estava vendo – afirmou Magno Malta.

Alegações

À Polícia do Senado, Moura afirmou que buscava informações sobre a pauta da CPI da Pedofilia que seria votada na reunião de hoje. Após ser identificado e prestar esclarecimentos, ele foi liberado, mas poderá ser chamado para novas averiguações.

Aprovada quebra de sigilo de 23 páginas do UOL

A CPI da Pedofilia também aprovou ontem requerimento que pede a transferência de dados sobre o sigilo telemático (de computador) referente a conteúdo e a registro de acesso de usuários de 23 páginas mantidas no provedor Universo On Line (UOL). Devem ainda ser enviados à CPI os dados cadastrais e de identificação dos usuários das páginas.

Na mesma reunião, foi acolhido requerimento de pedido de transferência à CPI de informações referentes a todas as denúncias registradas em 2008 pela organização SaferNet sobre a existência de material de conteúdo pedófilo em álbuns do Orkut, site de relacionamento do Google.

Os senadores da CPI aprova-

ram pedido de informações a empresas provedoras de acesso à internet sobre usuários identificados em denúncia de pedofilia. Foram requisitados dados à Brasil Telecom, NET e UOL, entre outras. Essas empresas terão cinco dias úteis para fornecer as solicitações.

Projetos

Na presidência da reunião, Magno Malta anunciou que a comissão deverá votar na próxima semana projetos de lei que alteram o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90). As proposições têm como objetivo aumentar a pena para crimes de exploração sexual e para criminalizar a conduta daquele que pratica sexo com criança e adolescente.

Também deve ser votado projeto que prevê a perda dos bens dos proprietários de hotéis e restaurantes que abriguem a prática de prostituição de menores.

O colegiado deverá examinar o texto que altera o Código Penal (Decreto-Lei 2.848/40) para acrescentar como crimes qualificados o estupro e o atentado violento ao pudor, aumentando a pena quando praticados contra criança ou adolescente.

– São projetos que transformam em crime hediondo a violência contra crianças e que estão sendo finalizados, para serem colocados em votação na próxima semana – explicou o relator da CPI, senador Demostenes Torres.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário

Às 9h a sessão é não-deliberativa, destinada a pronunciamentos de senadores.

TUMA QUER PROIBIR PROPAGANDA POR TELEFONE

Projeto que proíbe a veiculação de propaganda por mensagens via telefonia foi apresentado por Romeu Tuma (PTB-SP).

A proposta (PLS 252/08) determina que esse tipo de publicidade, salvo quando autorizado pelo usuário, estará sujeito a multa de R\$ 10 mil a

R\$ 100 mil. Em caso de reincidência, a multa será dobrada e, se houver nova ocorrência, a prestadora terá sua concessão suspensa por, no mínimo, seis meses. Já a empresa responsável pela produção da propaganda será impedida de atuar no mercado publicitário por seis meses.

Roseana acredita em votação da reforma tributária este ano

Para a líder do governo no Congresso Nacional, senadora Roseana Sarney (PMDB-MA), a aprovação da reforma tributária ainda este ano no Senado e na Câmara é prioritária.

Apesar de reconhecer as dificuldades de os parlamentares se reunirem por conta das eleições municipais, Roseana acha que "existe ambiente" para aprofundar as discussões. O motivo, segundo ela, é que há consenso entre oposição e governo no sentido de aprovar a reforma até o fim do ano para que entre em vigor em 2009.

Roseana admitiu, entretanto, que a reforma política, apontada por ela como outra prioridade do Congresso, ficará para o próximo ano, em razão das eleições municipais.

A senadora, que se diz parlamentarista – "uma forma mais moderna e participativa de se governar" –, adiantou que estarão no centro dos debates temas polêmicos, como fidelidade partidária, reeleição, sistema de governo, financiamento público



Genaldino Albuquerque

Para senadora, há consenso para votar proposta, mesmo com eleições

de campanha, voto distrital e suplência de senadores.

Em abril, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) acolheu novas regras para a suplência de senadores proibindo parentes e membros de outros partidos como suplentes. A matéria vai a Plenário.

Apesar de deixar claro que as medidas provisórias (MPs) "são necessárias para a governabilidade", Roseana defendeu o aprofundamento das negociações entre Executivo e Legislativo para que as MPs sejam limitadas.

CRIAÇÃO DO IVA E MUDANÇAS NO ICMS

A proposta de reforma tributária do governo (PEC 233/08, em tramitação na Câmara) prevê a criação do Imposto sobre Valor Agregado (IVA) para substituir quatro contribuições federais, que seriam extintas.

A PEC enviada à Câmara estabelece ainda a unificação das legislações estaduais do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS),

para pôr fim à guerra fiscal.

A cobrança do ICMS no destino do produto é outra medida prevista na PEC, que sugere ainda transição de até seis anos para aplicação das novas regras do ICMS. A criação de um fundo para fomentar o desenvolvimento regional e de outro para equalizar possíveis perdas de alguns estados durante a transição também integra a proposta.

Projeto aprovado pelos deputados e que deve chegar em breve ao Senado permite que a polícia do estado em que o delinqüente estiver possa cumprir mandado de prisão

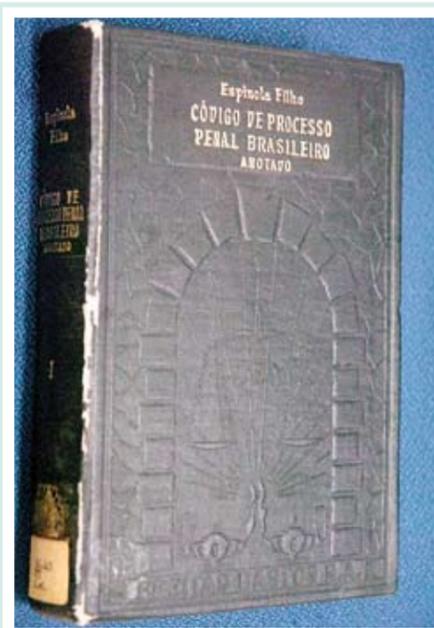
Câmara aprova alteração em norma para prisão preventiva

APROVADO PELA CÂMARA dos Deputados, chegará nos próximos dias ao Senado projeto que altera o Código de Processo Penal, fixando novas regras para a execução de prisão preventiva. Visando apressar o cumprimento de mandados de prisão, a proposta cria a possibilidade de qualquer polícia estadual fazer a detenção, independentemente do estado onde a pessoa a ser presa estiver.

A matéria aprovada na Câmara é o substitutivo dos deputados José Eduardo Cardozo (PT-SP) e João Campos (PSDB-GO) a projeto apresentado pelo governo Fernando Henrique Cardoso. O texto derruba a regra segundo a qual o delinqüente só pode ser preso se houver sido capturado no território sob a jurisdição do juiz que expediu o mandado, ou daquele que recebeu o pedido de busca por meio de carta precatória (ordem judicial emitida de um estado para outro).

Carta precatória

Os autores do substitutivo explicam terem criado condições para o mandado de prisão ser cumprido em qualquer parte



José Cruz

O sexagenário Código de Processo Penal, instituído pelo Decreto-Lei 3.689, assinado em 3 de outubro de 1941 pelo presidente Getúlio Vargas, passou recentemente por uma minirreforma. Em 9 de junho deste ano, o presidente Lula sancionou projetos que introduzem várias mudanças, entre elas a que acaba com a possibilidade de um segundo julgamento para condenados a pena igual ou superior a 20 anos.

do território nacional, desde que a carta precatória conste do banco de dados do Conselho Nacional de Justiça. Eles argumentam que a nova regra é um pleito de todas as polícias estaduais, já que o delinqüente

costuma movimentar-se de um estado para outro a fim de não ser apanhado pela carta precatória que ordena sua captura.

Os deputados alegam que as normas hoje vigentes contribuem para a impunidade, desestimulam o policial e deixam indignadas a vítima e a sociedade, visto que o delinqüente, mesmo sendo apanhado pela polícia, tendo esta em mãos o mandado de prisão, não pode ser recolhido à cela.

Comunicação

Se o Senado mantiver a mudança aprovada na Câmara, o simples registro da carta precatória no banco de dados do Conselho Nacional de Justiça permitirá à polícia agir e colocar o delinqüente preventivamente na carceragem.

Outra norma aprovada pelos deputados possibilita ao juiz pedir a prisão por qualquer meio de comunicação, se o crime exigir urgência. Atualmente, o Código de Processo Penal prevê apenas o uso do telegrama (se o crime admitir fiança) e do telefone (se for inafiançável).

Bombeiros do DF desenvolvem trabalho social

A pedido de Adelmir Santana (DEM-DF), o Senado homenageou, em sessão especial, o Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal. Os senadores destacaram a coragem, a versatilidade e a eficiência desses profissionais, que têm o reconhecimento dos cidadãos. A corporação foi criada pelo imperador Pedro II em 2 de julho de 1856.

Foi citado um fato ocorrido logo após a mudança da capital do Rio de Janeiro para Brasília, em 1960, quando o Corpo de Bombeiros do DF enfrentou um grande incêndio na chamada Cidade Livre, atual Núcleo Bandeirante (cidade-satélite), que destruiu 25 casas comerciais, porém não houve registro de vítimas.

O comandante do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, coronel Sérgio Fernando Pedrosa Aboud, ressaltou também o trabalho social dos bombeiros, com o atendimento a 3 mil crianças carentes, de sete a 14 anos, e a 4 mil idosos.

Além dos serviços de extinção de incêndio e fiscalização das normas de prevenção de incêndio, os bombeiros têm um

Alunos do Colégio Militar e oficiais ocuparam o Plenário na homenagem pedida por Adelmir Santana (ao lado)



Márcio Kolome

Márcio Kolome

serviço com 800 paramédicos que atendem desde doentes mentais até vítimas de acidentes.

Segundo o coronel Aboud, as alegrias da profissão vêm quando, depois de uma emergência,

eles voltam às suas casas ou aos quartéis sem baixas.

– Às vezes, saímos para o trabalho e, por fatalidade, tombamos no cumprimento do dever, mas, como diz a Bíblia, "prova de amor maior não há que doar

a vida pelo irmão" – disse.

A Mesa da sessão foi composta ainda pelo secretário de Segurança Pública do DF, general Cândido Vargas de Freire, e pelo deputado federal Laerte Bessa (PMDB-DF).

Heroísmo é destacado por senadores

Segundo Adelmir Santana, além de apagar incêndios, os bombeiros do DF são chamados para apartar brigas, atender a acidentes de trânsito, socorrer pessoas e animais, levar pessoas ao hospital e até fazer partos. O bombeiro inspira confiança, o que é confirmado em pesquisas de opinião pública.

– É preciso coragem para ser um bom bombeiro, mas também versatilidade e inteligência para atender aos mais diferentes acidentes – enfatizou o senador, informando que a corporação conta hoje com 6 mil bombeiros e, desde 1993, admite mulheres.

Ex-governador do DF, o senador Cristovam Buarque (PDT) disse que ser bombeiro é um sonho de jovens por três fatores: o heroísmo, o fato de salvar vidas e o reconhecimento público. "Eu também, como menino, queria ser bombeiro", revelou.

Para o senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC), que abriu a sessão, a homenagem aos bombeiros deveria ser diária. Ele considera que esse trabalho, anônimo, é cheio de heroísmo. E reclamou da diferença salarial entre bombeiros e policiais civis no DF.

Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa discute com sindicalistas as condições de trabalho dos motoristas de caminhão, ônibus e táxi. Senadores começam a debater na próxima semana propostas em favor da categoria

Caminhoneiros denunciam excessiva carga horária de trabalho

A EXCESSIVA CARGA horária de trabalho imposta aos caminhoneiros é um absurdo e tem de ser vista como crime. O alerta foi feito ontem por presidentes de entidades representativas da categoria que participaram de audiência pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) para discutir as condições de trabalho, salário, segurança e saúde dos motoristas de transporte coletivo e de carga.

Segundo o presidente do Sindicato dos Caminhoneiros de Porto Alegre (Sindicam), Marco Antônio Ferreira de Carvalho, a excessiva carga horária de trabalho é um dos

principais problemas enfrentados pelos motoristas. Em sua exposição, ele explicou que, para cumprirem o horário, muitas vezes de 17 a 18 horas seguidas dirigindo, os motoristas de caminhão e ônibus acabam recorrendo a remédios e comprometendo, assim, a própria segurança nas estradas.

– Para cumprir esse horário, o motorista acaba fazendo uso do “rebite”, uma vitamina que dá a ele um maior tempo acordado, mas o deixa psicologicamente apagado, sem reflexo para dirigir – explicou Marco Antônio. “Rebite” são anfetaminas, estimulantes que tiram o sono.

O presidente da Cooperativa dos Transportadores Autônomos do Rio Grande do Sul (Cootargs), Telmo Saraiva Lopes, ressaltou que a excessiva carga horária deixa o motorista estressado, sem dormir, sem comer e preocupado com o tempo previsto para chegar ao local de destino.

– Toda essa situação gera uma série de problemas, que vão desde gastos desnecessários com remédios até acidentes nas estradas. Muitas pessoas dependem dos motoristas de estrada, uma categoria que está muito desvalorizada, mas merece carinho e valor – destacou o presidente da Cootargs.

Já na opinião do presidente do Movimento União Brasil Caminhoneiro (MUB), Nélio Botelho, todos os problemas da categoria estão relacionados à questão do frete.

– [Enfrentamos] essa famigerada condição de livre negociação pela qual o caminhoneiro é totalmente explorado, por um lado, pelo embarcador da carga e, por outro, pela empresa que o está contratando. Soma-se a isso uma frota envelhecida, chegando aos vinte anos – ressaltou o presidente do MUB.

Nélio Botelho reclamou ainda das matérias veiculadas pela mídia que sempre colocam o caminhoneiro como o

principal culpado pelos acidentes nas estradas. Segundo disse, os motoristas de carros de passeio são, em geral, os maiores causadores dos acidentes, pois desconhecem regras básicas de trânsito e convivência nas estradas, e, assim, acabam envolvendo caminhões em acidentes.

– O caminhão é um veículo pesado, que tem dificuldade de frear instantaneamente, se comparado ao carro de passeio. Assim, muitas vezes o motorista do carro provoca o acidente e sequer pára na estrada, deixando o problema para o caminhoneiro resolver – denunciou Nélio Botelho.



Paulo Paim (terceiro à esquerda) preside o debate com Jeová Pereira, Nélio Botelho, José Pedro dos Reis, Paulo Roberto Barck e José Carneiro. Os senadores Sérgio Zambiasi (terceiro à esquerda, na segunda foto), José Nery e Geraldo Mesquita Júnior (D) participam da discussão, juntamente com representantes dos profissionais da área de transporte



Marcio Valente



No debate, índio Korubo, Andrea, Macedo, Paim, Deborah e Christian Silva

Audiência revela tragédia de índios de Mato Grosso do Sul

O número de índios presos em Mato Grosso do Sul é maior do que em qualquer outro estado do país, e boa parte deles são alcoólatras e homicidas, “submetidos a um sistema prisional que ignora seus costumes e sua cultura”.

Essa informação foi prestada ontem pela representante da Universidade Católica Dom Bosco (UCB), Andrea Flores, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). A audiência pública discutiu a situação prisional de índios em áreas de conflito fundiário de Mato Grosso do Sul.

O presidente da CDH, senador Paulo Paim (PT-RS), propôs nova audiência, desta vez para analisar relatório do Centro de Trabalho Indigenista (CTI) de Mato Grosso do Sul, com o objetivo de prover uma legislação eficaz de amparo judicial aos índios.

A preocupação, disse o senador, é dotar o sistema penal de quadros especializados em lidar com a cultura indígena, cujas regras de conduta são diferentes daquelas do homem branco.

Vários senadores apoiaram o grupo de trabalho que discutirá as condições de trabalho dos motoristas de caminhão, ônibus e táxi. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) afirmou que a excessiva carga horária desses profissionais é uma das causas de acidentes nas estradas.

José Nery (PSOL-PA) argumentou que os problemas enfrentados pela categoria estariam relacionados à visão de desenvolvimento em que as conquistas sociais e trabalhistas seriam percebidas como obstáculos.

Sérgio Zambiasi (PTB-RS) declarou que “esses profissionais são, muitas vezes, submetidos a regras desumanas”. O parlamentar citou o caso dos motoristas de caminhão que transportam cargas para outros países da América do Sul e precisam, por exemplo, atravessar a Cordilheira dos Andes. De acordo com ele, muitos caminhões não estão adaptados para o trajeto, no qual se enfrentam temperaturas muito baixas.

Cristovam Buarque (PDT-DF) defendeu que o grupo incorpore a discussão dos problemas dos taxistas e dos motoristas rodoviários que trabalham com o transporte de passageiros. Segundo Cristovam, muitos taxistas trabalhariam quase que em “regime de escravidão”.

– Não se pode admitir que o taxista tenha de pagar para usar licença de alguém que não fez nenhum esforço para obtê-la – avaliou Cristovam.

O senador Paulo Paim informou ter recebido comunicado do presidente do Senado, Geraldo Alves, manifestando apoio ao grupo de trabalho.

de áreas para cada família, definida há 30 anos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e agora desatualizada.

“Nas reservas de Dourados, Amambai e Caarapó, 3 mil famílias dispõem de somente três hectares para sobreviver”, aponta o relatório, ao fazer uma análise das causas dos crimes cometidos pelos índios.

Contexto

A promotora Débora Duprat, representante da Procuradoria Geral da República, realçou, na audiência pública, a necessidade do aprimoramento da perícia antropológica nos processos penais contra índios, “visando localizar o contexto no qual é inserido o índio processado ou condenado”.

Segundo explicou a promotora, um percentual expressivo dos índios considerados criminosos “nem ao menos sabe por que cometeu homicídio ou estupro, por estarem eventualmente alcoolizados”.

Setor Noroeste

Também foi abordado na audiência o projeto de implantação, no Plano Piloto, do Setor Noroeste, uma nova área habitacional em Brasília. Representantes da Funai e índios argumentaram que a área pertence originariamente a nações indígenas que habitavam a região antes da inauguração de Brasília.

Paim disse que encaminhará requerimento solicitando audiência pública com autoridades para esclarecer essa questão.

CDH criará grupo de trabalho para buscar soluções

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) vai criar um grupo de trabalho para discutir os problemas enfrentados pelos motoristas de caminhão, ônibus e táxi. Cederá ao grupo analisar propostas e apresentar soluções para melhorar as condições de trabalho da categoria. A primeira reunião está marcada para as 9h de segunda-feira próxima.

O anúncio foi feito pelo presidente da CDH, senador Paulo Paim (PT-RS), durante a audiência pública.

– Vamos fazer uma parceria com a Câmara dos Deputados, representantes do governo, dos caminhoneiros e dos empresários e trazer respostas completas para essas questões – anunciou Paim.

O senador informou que o grupo deverá fazer um estudo amplo e completo dos projetos em tramitação no Congresso Nacional que tratam da atividade de motorista de caminhão, ônibus e táxi, com o objetivo de formular propostas efetivas para a categoria.

Paim comunicou ter recebido, durante a audiência, transmitida ao vivo pela TV Senado, telefonemas de autoridades do Poder Executivo interessadas em participar do grupo de trabalho.

A ideia de formar o grupo partiu do presidente do Movimento União Brasil Caminhoneiro (MUB), Nélio Botelho, para quem as discussões não devem ficar restritas à audiência.

– Vamos dar prosseguimento à discussão, para que não seja um simples evento, mas uma iniciativa que traga resultados.

Categoria defende regulamentação da atividade profissional

O presidente do Sindicato dos Empregados em Transporte Rodoviário de Carga Seca do Rio Grande do Sul (Sinecarga), Paulo Roberto Barck, afirmou que caminhoneiros são submetidos a trabalho escravo. Ele também pediu a regulamentação da atividade.

Conforme Paulo Barck, esses profissionais trabalham em torno de 18 horas diárias e que a jornada “estafante” causa problemas ergométricos, além de estresse e hipertensão. O presidente da Sinecarga ressaltou que a solução encontrada por algumas empresas, de colocar dois motoristas em cada viagem, não é eficiente, já que, com a trepidação do veículo, o segundo motorista não consegue descansar.

O presidente do Sinecarga também des-

taçou que a prolongada ausência do caminhoneiro da convivência familiar prejudica a criação dos filhos.

Tanto os caminhoneiros como os empresários são vítimas do sistema de transporte brasileiro, ressaltou o procurador-chefe do Ministério Público do Trabalho de Mato Grosso, José Pedro dos Reis. Ele concordou com a denúncia de que a categoria trabalha em regime semelhante ao de escravo e disse que o empregador que adotar essa prática poderá sofrer punição. Reis defendeu a regulamentação da atividade como forma de solucionar os problemas do setor.

Segundo o procurador, os empresários não têm a intenção de explorar os trabalhadores, mas o mercado competitivo exige

que esses profissionais sejam contratados por carga. Assim, frisou, os caminhoneiros submetem-se às condições precárias de trabalho para terem maior rendimento. O estresse da atividade, observou, deve-se também às dívidas contraídas por muitos caminhoneiros com financiamento para comprar seu veículo. Para cumprir as responsabilidades assumidas, disse, esses profissionais aceitam maior quantidade de trabalho.

– É preciso discutir isso para que eles não se matem e não matem nas estradas; a solução só se consegue pelo Congresso, que deve implementar uma lei que atenda ao setor e à sociedade em geral – ressaltou José Pedro dos Reis.

Fiscalização

O presidente do Sindicato dos Caminhoneiros do Paraná (Sindicam), Jeová

Pereira, entregou ao presidente da CDH, senador Paulo Paim (PT-RS), documentos com denúncias de abuso de poder de auditores fiscais nas instituições aduaneiras de fronteiras. Ele contou que os caminhões, muitas vezes, ficam até 15 dias parados por falta de auditores. Depois de alguns dias sem atendimento, declarou, esses trabalhadores tomam-se impacientes e exigem atendimento, e acabam agredidos e presos pela Polícia Rodoviária Federal.

Emocionado, Jeová Pereira afirmou que trabalhou 28 anos como motorista de caminhão nas estradas brasileiras e de outros países da América do Sul. Em sua opinião, os caminhoneiros precisam ser tratados com justiça, já que, segundo disse, cerca de 70% da economia

do país gira “em cima dos caminhões”.

O presidente da Cooperativa de Transportes e Consumo do Estado de Minas Gerais (Cotracargem), José Carneiro, apontou a falta de fiscalização por parte do Ministério Público nas estradas para avaliar as condições de trabalho dos caminhoneiros, especialmente em relação às horas trabalhadas. José Carneiro defendeu que os caminhoneiros tenham seguro de vida e plano de saúde, além de vínculo empregatício com as empresas nas quais trabalham.

Já o presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Terrestres (CNTTT), Luiz Antônio Festino, defendeu a regulamentação da carga horária de trabalho dos caminhoneiros por meio de medida provisória.

Há denúncias de abuso de poder de auditores fiscais e de policiais rodoviários federais

Excesso de horas afeta a segurança, diz Paim

Presidente da CDH, o senador Paulo Paim (PT-RS) defendeu a adoção de medidas que melhorem as condições de trabalho dos caminhoneiros. Ele afirmou que a elevada carga horária de trabalho tem reflexos na segurança e na saúde dos motoristas, devido aos acidentes nas estradas e ao consumo do “rebite”.

Segundo Paim, pesquisa do Centro de Estudos em Logística da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), realizada em 2006, indicou que são registrados a cada ano 200 mil acidentes e 34 mil mortes nas estradas brasileiras. O levantamento estima que os prejuízos com a perda de carga devido a acidentes somam anualmente R\$ 2 bilhões, quase três vezes as despesas provocadas por roubos nas estradas.

Paulo Paim também mostrou dados de pesquisa realizada em 2007

pela Associação Brasileira de Medicina de Tráfego. Segundo o senador, o estudo aponta a jornada excessiva de trabalho dos caminhoneiros como um dos motivos do aumento dos acidentes no trânsito rodoviário. A pesquisa cita ainda o uso de anfetaminas (a exemplo do “rebite”) como uma das causas dos acidentes. Paim lembrou que o Ministério Público do Trabalho de Mato Grosso concedeu, em janeiro, liminar que reduz a carga horária desses motoristas para uma jornada de oito horas diárias e 44 horas semanais.

Ao destacar uma série de reportagens sobre o tema publicadas pelo jornal Zero Hora, o senador disse que “ficou constatado que o uso de

Reportagens mostradas pelo senador indicam que o “rebite” é epidemia entre caminhoneiros

drogas estimulantes é desenfreado”. Ele leu trecho de uma das matérias na qual se avalia que o “rebite” é uma epidemia no Brasil e que “as autoridades o apontam como um dos responsáveis pelo envolvimento do transporte de cargas em um de cada três acidentes que acontecem nas estradas federais”.

– A maioria das mortes é registrada no fim da viagem. Também é nessa hora que o efeito do remédio termina – ressaltou o senador.

Paim citou ainda estimativas segundo as quais o governo federal gasta, a cada ano, cerca de R\$ 25 bilhões com o tratamento das vítimas de acidentes que envolvem o transporte de cargas nas estradas.

Discussão de propostas começa na segunda

Paulo Paim anunciou que o grupo de trabalho criado pela CDH para discutir os problemas enfrentados pelos motoristas de caminhão, ônibus e táxi fará sua primeira reunião na próxima segunda-feira, dia 30, a partir das 9h. Conforme o senador, além dele, já confirmaram a participação no grupo os senadores Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC), José Nery (PSOL-PA) e Sérgio Zambiasi (PTB-RS).

Paim propôs que o grupo inicie suas atividades a partir de um projeto de lei de sua autoria, o PLS 91/03. Ele argumentou que, a partir dessa proposição, pode-se criar um marco legal para a categoria.

– Essa matéria pode acolher outras propostas – afirmou o sena-

dor, acrescentando que o objetivo é “buscar uma regulamentação definitiva para o setor”.

O projeto de lei apresentado pelo senador trata da regulamentação da “atividade de motorista e cobrador de transportes coletivos urbanos”. Entre as medidas que o texto prevê, estão o estabelecimento de um limite para a jornada de trabalho dos motoristas, a concessão de aposentadoria especial após 25 anos de serviço e o pagamento de valores adicionais em caso de trabalho noturno e em feriados.

Segundo Paim, “havia no Sena-

do vários projetos sobre o trabalho dos motoristas, mas quase todos foram arquivados, menos o PLS 91/03”.

A proposta está na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e tem como relator José Nery, que manifestou apoio ao projeto durante a audiência. O senador declarou que, no âmbito do grupo de trabalho, será possível “concentrar um conjunto de ideias e propostas que ampliem o projeto original, de forma que ele possa servir como âncora das diversas proposições a serem apresentadas durante os debates”.

Projeto que regulamenta a atividade de motorista é o primeiro a ser examinado

Paim cobra votação de empréstimo para o Rio Grande do Sul

Paulo Paim (PT-RS) voltou a defender a votação do pedido de empréstimo de US\$ 1,1 bilhão para o Rio Grande do Sul. A proposta (MSF 128/08), que conta com o aval da União, tem de ser analisada até a próxima semana para viabilizar o repasse pelo Banco Mundial ao estado.

Paim explicou que a pauta de votações encontra-se trancada por projetos que tramitam em regime de urgência. Disse ter falado com o presidente do Senado, Garibaldi Alves, pedindo a ele que não leia três medidas provisórias que estão para chegar da Câmara, as quais também passariam a trancar a pauta.

O senador gaúcho disse que acredita na possibilidade de um acordo partidário para a votação do empréstimo.

– As condições objetivas [para a votação] estão dadas. Toda vez que houve interesse de empréstimo deste ou daquele estado, os três senadores do Rio Grande foram solidários. É grande a possibilidade de o acordo acontecer – observou.

Na última sexta-feira, Pedro Simon (PMDB-RS) pediu a prorrogação da sessão plenária e manteve-se em vigília no Plenário, alternando-se na tribuna com Heráclito Fortes (DEM-PI), para aguardar o envio ao Senado, pelo Executivo, da mensagem aprovando o empréstimo. A mensagem devia ser lida ainda na sexta-feira para ser encaminhada à Comissão de Assuntos Econômicos e poder ser votada pelo Plenário antes do recesso de julho.

Motoristas

Paim também destacou a realização, ontem, de audiência na Comissão de Direitos Humanos que discutiu as condições de trabalho, salário, segurança e saúde dos motoristas de caminhão, ônibus e demais meios de transporte coletivo e de cargas.

Segundo o senador, o que mais preocupa esses trabalhadores é a elevada carga horária de trabalho. Paulo Paim informou que a subcomissão criada para debater a regulamentação da atuação profissional dos caminhoneiros e avaliar as denúncias apresentadas pela categoria fará sua primeira reunião na segunda-feira. Em aparte, Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) disse que os motoristas sofrem ainda com as péssimas condições das estradas.

Senador pede que parlamentares aprovem pedido de urgência para projeto de sua autoria que modifica definição de bebida alcoólica e normatiza sua propaganda

Mesquita Júnior aplaude lei contra motorista alcoolizado

GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC) parabenizou o governo pela sanção da Lei 11.705/08, que impõe punições duras para quem dirigir alcoolizado, e o Congresso, por tê-la aprovado.

– É um avanço, mas eu acho um contra-senso, quase uma hipocrisia de todos nós, o Congresso aprovar norma nesse sentido e continuar permitindo o convite, a sedução, o assédio dos fabricantes de bebida alcoólica com propaganda no rádio e na televisão – protestou.

O senador disse esperar que na terça-feira, quando a pauta for desobstruída, seja examinado requerimento de urgência para projeto (PLS 182/03) de sua autoria que modifica a definição de bebidas alcoólicas e normatiza sua propaganda.

Ipea

Mesquita Júnior também manifestou “uma grata surpresa” pela “postura educada, civilizada e democrática” demonstrada por Marcio Pochmann, presidente do Instituto de Pesquisa

Mesquita Júnior elogia presidente do Ipea, que esclareceu dados de pesquisa



Foto de Geraldo Magela

Econômica Aplicada (Ipea).

Na quarta-feira, o senador havia expressado, em discurso, preocupação com a possibilidade de o Ipea haver manipulado informações em levantamento sobre a redução da desigualdade de renda no país.

– Hoje pela manhã recebi telefonema do dr. Marcio Pochmann, que queria marcar um encontro para conversarmos sobre o estudo – relatou.

Mesquita Júnior contou ter recebido em seu gabinete o presidente do Ipea, que lhe cedeu documento com informações

técnicas, no qual havia nota explicando que, devido a uma mudança metodológica na pesquisa mensal de emprego do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no ano de 2002, a pesquisa se restringiu ao período do governo Lula.

“Com isso, evitou-se a quebra de séries e manteve-se a homogeneidade conceitual e metodológica das informações”, explicou.

Em aparte, Cristovam Buarque (PDT-DF) observou que Pochmann faz parte do pequeno grupo de economistas que, com responsabilidade, se preocupa muito mais em reduzir a pobreza do que em aumentar a riqueza. Wellington Salgado (PMDB-MG) disse que alguns membros do governo não costumam tratar bem os parlamentares. José Nery (PSOL-PA) comentou que o ministro da Defesa, Nelson Jobim, se dispôs a comparecer ao Senado para prestar os esclarecimentos necessários sobre questões relativas à crise aérea.



Cristovam comenta dados do Ideb

Cristovam defende a federalização da educação de base

“O caminho para fazermos uma revolução no ensino consiste na federalização da educação de base”, defendeu Cristovam Buarque (PDT-DF), ao comentar os resultados do Indicador do Desenvolvimento da Educação de Base (Ideb), divulgado recentemente, que apontou índices de excelência no ensino em 34 colégios administrados pela União, como as escolas militares.

O senador salientou que os salários dos professores das escolas federais são melhores, que há mais recursos para a instalação de equipamentos e que existe tradição na relação entre pais e professores.

– Minha proposta não é, de repente, federalizar as 180 mil escolas públicas do país. Escolhamos um grupo de cidades, essa é a minha proposta. É possível federalizar a educação em mil cidades no período de quatro anos. Começamos pelas pequenas. Depois faremos em mais mil cidades, de tal maneira que em 20 anos todas as cidades brasileiras estarão federalizadas, do ponto de vista da educação de base – explicou.

Boas novidades

Cristovam disse ainda que a divulgação do Ideb trouxe duas boas novidades à população, embora a qualidade do ensino no país ainda tenha muito o que evoluir. “A primeira é que os jornais descobriram a importância da educação. A segunda é que os dados trazem uma esperança e apontam que o caminho está na federalização”, avaliou.

Em aparte, José Nery (PSOL-PA) parabenizou o senador do DF pela sua luta em defesa da educação. Já Wellington Salgado (PMDB-MG) saudou o colega pelo jornal *O Educacionista*, que reúne entusiastas em defesa da melhoria do ensino e foi lançado ontem por Cristovam.

Nery apresenta proposta sobre emissoras legislativas

Projeto que disciplina e regulamenta a gestão, a administração e o funcionamento de emissoras de rádio e televisão mantidas pelos legislativos federal, distrital, estaduais e municipais foi apresentado por José Nery (PSOL-PA). O senador explicou que o projeto (PLS 255/08) objetiva garantir, tanto na operação quanto na programação dessas emissoras, a participação da sociedade e “a expressão democrática das diversas posições políticas” dessa sociedade.

Uma das mudanças propostas cria uma direção executiva e um conselho editorial e artístico, com mandato definido. Embora haja diversas emissoras de rádio e TV legislativas em operação no país, argumenta Nery, “não há legislação estabelecendo suas condições de funcionamento”.

O senador anunciou ainda a intenção do PSOL de lançar candidatos em 400 municípios nas eleições deste ano.

Senador destaca o Dia de Combate à Tortura

A passagem do Dia Internacional de Combate à Tortura e Apoio às Vítimas, celebrado ontem, foi destacada por José Nery. O senador afirmou que o Brasil está “distante de fazer valer na prática esses princípios elementares dos direitos humanos”.

Nery também citou matéria publicada no site da revista *Época* com o coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, comandante do DOI-Codi paupista na década de 70 e alvo de ação do Ministério Público. O coronel declarou que, num possível processo, convocará em sua defesa antigos colegas de trabalho, especialmente o senador Romeu Tuma (PTB-SP), delegado da Polícia Civil

à época. José Nery disse ter falado com Tuma, que está na Argentina, o qual afirmou que, quando retornar ao Brasil, prestará os esclarecimentos necessários. Nery observou que é preciso ter cautela “em episódios como esse que tenta envolver Tuma”.

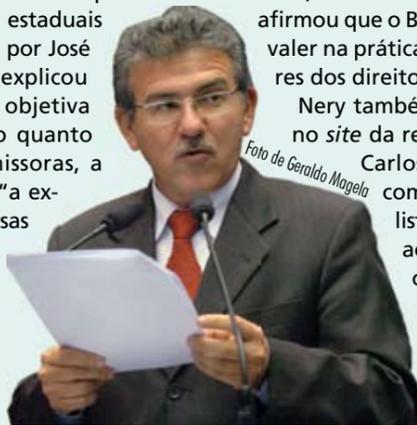


Foto de Geraldo Magela

Nery quer regulamentar rádios e TVs

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Garibaldi Alves Filho

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Alvaro Dias

1º Secretário: Efraim Morais

2º Secretário: Gerson Camata

3º Secretário: César Borges

4º Secretário: Magno Malta

Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Paulo Paim • Geraldo Mesquita Júnior • Sérgio Zambiasi • Wellington Salgado •

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretora de Jornalismo:

Maria da Conceição Lima Alves

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de Reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira

Edição: Maria Lúcia Sigmaringa e

Rita Nardelli

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Davi Emerich (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Teixeira, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo e Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquêas D. de Moraes

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo, Humberto Souza Lima e Roberto Suguino

Arte: Cirilo Quartim e Oscar

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

Valadares critica Tratado de Imigração da União Européia

O senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) criticou o Tratado de Imigração da União Européia. O texto – aprovado em 18 de junho pelo Parlamento Europeu – estabelece novas normas para expulsar imigrantes irregulares do bloco europeu e dificultar sua entrada no continente. O tratado estabelece que imigrantes nessa situação que não regressarem a seus países, voluntariamente, em até 30 dias poderão ser detidos por até 18 meses.

Valadares lembrou que a América Latina foi destino, durante a Segunda Guerra Mundial, de dezenas de milhões de europeus que fugiam para escapar da fome, da crise financeira ou das ditaduras.

– Eles sempre foram bem-vindos e continuam sendo. Absorvemos, naquela época, a miséria econômica européia e suas crises políticas. Eles exploraram



América Latina serviu de abrigo a milhões de europeus, afirma senador

riquezas e as transferiram para a Europa com um altíssimo custo para as populações originais da América – comentou.

O senador entende que as quantias transferidas por imigrantes – de US\$ 68 bilhões para a América Latina em 2006 – não configurariam “fuga de recursos”, mas seriam importantes para países pobres.

Heráclito aponta papel de Ruth Cardoso nas políticas sociais

Heráclito Fortes (DEM-PI) prestou homenagem ontem à ex-primeira-dama Ruth Cardoso, mulher do ex-presidente da República Fernando Henrique Cardoso.

O senador destacou o papel desempenhado por ela na reestruturação dos programas sociais mantidos pelo governo, quando participou da formulação de políticas com resultados na diminuição das desigualdades sociais.

– Dona Ruth teve coragem ao desmontar a estrutura superada da antiga Legião Brasileira de Assistência [LBA], exemplo de paternalismo e foco de corrupção – avaliou.

Heráclito também elogiou a ex-primeira-dama pela simplicidade e falta de ostentação com que levava sua vida.

– Se havia algo que lhe restringia era ser chamada de



Segundo Heráclito, “dona Ruth teve coragem de desmontar a LBA”

primeira-dama. Ela preferia conviver como a professora e antropóloga – lembrou.

Cristovam Buarque (PDT-DF) elogiou Ruth Cardoso pela contribuição para erradicar o analfabetismo. Ele também assinalou a posição de destaque alcançada pela antropóloga mesmo sem ter ocupado qualquer cargo público.

Marco Maciel destaca ação da Chesf na economia do Nordeste

A passagem dos 60 anos da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (Chesf) foi registrada por Marco Maciel (DEM-PE). O senador ressaltou a importância da Chesf para o desenvolvimento econômico-social do Brasil e do Nordeste e disse que a companhia mudou o mapa brasileiro, com a construção do reservatório de Sobradinho, na Bahia.

Segundo Maciel, a idealização da Chesf foi do engenheiro agrônomo Apolônio Sales, então ministro da Agricultura de Getúlio Vargas, que presidiu a empresa por 12 anos. Já em 1948 foi iniciada a construção da hidrelétrica de Paulo Afonso 1, no rio São Francisco, com capacidade de 180 megawatts.

– Inaugurada em janeiro de 1955, a usina de Paulo Afonso 1 logo se revelou insuficiente para atender à demanda – disse.

Atualmente, a Chesf mantém



Maciel: empresa é responsável pela geração de 10% da energia nacional

ainda as geradoras Paulo Afonso 2, 3 e 4 e, entre os anos 60 e 70, construiu o maior reservatório do país, o de Sobradinho, com 36 bilhões de metros cúbicos.

– Trata-se de um sistema que representa cerca de 10% da potência gerada no Brasil e 20% da malha de transmissão de energia elétrica nacional interligada – pontuou Marco Maciel.

Senador gaúcho diz acreditar em entendimento para que norma visando impedir registro de candidatos com processos pendentes na Justiça vá a votação na CCJ

Simon: lei contra candidato de ficha suja pode sair logo

O SENADOR PEDRO Simon (PMDB-RS) disse ontem acreditar que o Senado votará em breve uma lei contendo critérios de inelegibilidade de candidato que seja réu em processo por crime de improbidade administrativa, abuso de poder econômico ou no exercício de função, cargo ou emprego público. A lei regulamentará o artigo 14 da Constituição.

Simon entende que candidatos que respondem a processos judiciais disputam eleições por conta da demora nos julgamentos. Por isso, a lei deve instar a Justiça a resolver esses casos até a formalização das candidaturas, determinando a prioridade nesses julgamentos.

O próprio senador informou que o presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), Marco Maciel (DEM-PE), está reunindo os quase 30 projetos sobre o tema para sistematizar uma proposta. A

idéia de Maciel, segundo Simon, é encontrar uma fórmula de consenso na Casa. O relator da matéria será Demostenes Torres (DEM-GO).

– Faz 20 anos que foi promulgada a Constituição e nós não tivemos coragem de fazer até hoje a lei. Pretendemos falar com parlamentares, de modo especial os da CCJ, para chegar a um entendimento.

Definição

Simon explicou que a Constituição declara inelegíveis os candidatos com sentença transitada em julgado. A definição das inelegibilidades daqueles que ainda não tenham sentença definitiva é que não foi decidida, “causando grande confusão”.

O assunto ganhou corpo recentemente quando os tribunais regionais eleitorais decidiram impugnar candidatos com processos ainda não julgados, chamados na imprensa de “can-

didatos ficha suja”. O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) já decidiu não impugnar candidaturas desses candidatos nem divulgar seus nomes com os respectivos processos. Os TRES, porém, estão instruindo juízes e servidores da Justiça Eleitoral a facilitarem o acesso a essas informações. De acordo com o presidente do colégio de TRES, Cláudio Santos, “nas eleições passadas, alguns candidatos estiveram presos durante todo o pleito. Foram eleitos presos e foram diplomados presos. É uma coisa que a gente não pode aceitar”.

Para Simon, não há como a sociedade conviver com a dúvida sobre a honestidade de um candidato. A idéia conta com o apoio de Cristovam Buarque (PDT-DF). Já Wellington Salgado (PMDB-MG) se disse preocupado com a expressão “ficha suja”.

– O que é ficha suja? Para mim, é uma condenação – definiu o senador de Minas Gerais.

Senador pede retificação de referência a Tancredo

Uma referência à “direita peemedebista” em texto sobre a eleição de Tancredo Neves para presidente, em 1984, levou Pedro Simon (PMDB-RS) a pedir, ontem, mudanças em um painel instalado na galeria que liga as alas de comissões e gabinetes ao Salão Azul e ao Plenário do Senado. Conhecido como Túnel do Tempo, o corredor abriga também bustos de grandes personalidades da política nacional.

O painel contra o qual protestou o senador trata da fase da campanha das Diretas, Já! em 1983; da derrota da Emenda Dante de Oliveira; e da vitória de Tancredo Neves e de seu vice, José Sarney (ex-PDS), na eleição indireta realizada por meio do Colégio Eleitoral.

“Para a sucessão presidencial, a direita peemedebista conseguiu impor ao partido a candidatura de Tancredo Neves, presidente, e José Sarney, com a direita pedessista acolhendo Paulo Salim Maluf, ligado aos grupos mais conservadores do país e que contava com a simpatia do general Figueiredo”, diz o texto a certa altura.

– O PMDB se reuniu. E foi uma reunião muito bonita, com as bases, os vereadores, os prefeitos, mais de 5 mil pessoas. Aclamaram por unanimidade. Foram para o Colégio e aclamaram o dr. Tancredo. Por isso, não fica bem aqui [o texto], em pleno Senado. Eu peço ao presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho, que o retifique – apelou Simon, com apoio do senador Marco Maciel (DEM-PE).

Pedro Simon chegou a sugerir



Simon (D) e Mesquita Júnior fazem a leitura de texto no Túnel do Tempo

a linha para o novo texto. Na sua opinião, melhor seria dizer “foi feito um grande entendimento do qual o dr. Tancredo resultou candidato pela unanimidade”. O pedido de retificação vai ser encaminhado à Mesa do Senado.

– Engraçado que, há vinte e tantos anos, passava para lá e para cá [no Túnel do Tempo] e precisou um jornalista me mostrar. Fui lá, e não acreditei – declarou.

Estratégia

Pedro Simon rememorou o que disse considerar a verdade dos fatos envolvendo o fim da ditadura militar e a eleição de

Tancredo, morto em 1985 sem tomar posse. No seu entender, a oposição estava unida em torno do nome do deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP) para candidato nas eleições diretas, que, acreditava-se, viria com a vitória da Emenda Dante de Oliveira.

Esse sonho foi frustrado porque a emenda caiu por falta de quórum. A estratégia, então, disse Simon, foi somar forças em torno de Tancredo, autor da célebre frase: “Vamos ao Colégio Eleitoral para destruí-lo”. O senador recordou que, a exemplo do PMDB gaúcho, era contra a eleição indireta. Esse ponto de vista acabou vencido na convenção nacional.

Novo presidente do parlamento do bloco regional, Dr. Rosinha reconhece que sociedade civil organizada – sobretudo empresários e pesquisadores de universidades – já começa a perceber a existência da instituição, “mas, o povo, não”

Brasil assume amanhã presidência (e desafios) do Parlamento do Mercosul

O BRASIL ASSUMIRÁ pela primeira vez, a partir de amanhã, a presidência do Parlamento do Mercosul. Durante sessão a ser realizada na cidade argentina de Tucumán, o comando da instituição passará às mãos do deputado Dr. Rosinha (PT-PR), que até então ocupou a vice-presidência brasileira no regime de rodízio entre os países. Nos próximos seis meses, caberá a ele a condução do processo de consolidação do órgão que pretende representar as sociedades dos países que compõem o bloco – Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai – nos debates a respeito da integração regional.

Segundo Dr. Rosinha, a sociedade civil organizada já começa a perceber a existência do novo Parlamento. Ele cita como principais interessados, até o momento, empresários que têm negócios no Mercosul e pesquisadores das universidades dos países que compõem o bloco. “Esses setores já perceberam, o povo de maneira geral, não”, admite o deputado.

Na primeira etapa do processo de criação da instituição, cada um dos quatro países vem sendo representado por 18 parlamentares indicados pelos respectivos congressos nacionais – os nove parlamentares da Venezuela, Estado em fase de adesão, têm direito a voz, mas não a voto. Até 2010, todos os países terão eleito de forma direta seus representantes, completando mais uma etapa de transição. Mas quantos representantes? Essa é a principal questão a ser resolvida até o fim do ano, conforme Dr. Rosinha.

Para o deputado, a definição do critério de proporcionalidade a ser adotado para a constituição do Parlamento – por meio da qual se indicará o número de parlamentares a serem eleitos por Estado – está diretamente ligada aos critérios para a constituição do orçamento da nova instituição, que tem sede em Montevidéu. Com a posse dos deputados eleitos até 2011, acredita Dr. Rosinha, o Parlamento do Mercosul estará a caminho de sua consolidação.

A seguir, a entrevista do novo presidente do Parlamento do Mercosul à Agência Senado:

É a primeira vez que o Brasil assume a presidência do Parlamento do Mercosul, depois dos outros três países que compõem o bloco. Quais serão as prioridades da sua gestão?

Dr. Rosinha – O próprio protocolo que constituiu o Parlamento do Mercosul estabelece duas questões: o Parlamento deve representar o povo que vive no Mercosul e, ao fazer essa representação, deve ter o objetivo de construir a cidadania do Mercosul. Em razão dessas duas

situações, a representação e a construção cidadã, precisamos ter parlamentares na quantidade suficiente para que o povo se sinta representado. Nesse período de seis meses, meu objetivo é construir a proporcionalidade de representação. Porque hoje são 18 parlamentares por país. O Brasil está sub-representado e há uma super-representação do Paraguai e do Uruguai, quando se compara com a população. Então, eu procurarei, nesses seis meses, encaminhar essa questão.

A definição tem que ocorrer até o fim do ano?

Dr. Rosinha – Tem, porque a Argentina precisa ter mais do que 18 parlamentares, também, e ali haverá eleições no segundo semestre de 2009. E teria pouco tempo para eles elaborarem o projeto de lei. Nós teremos eleições em 2010 e temos que elaborar nosso projeto, pela própria Constituição, com um ano de antecedência.

Os outros países do bloco já estão receptivos à mudança?

Dr. Rosinha – Havia bastante resistência, principalmente do Paraguai, pela ocasião em que negociamos o protocolo. Agora assume o Paraguai uma nova proposta, uma nova linha política. Espero muito rapidamente ter uma interlocução com eles, para ver a possibilidade dessa proporcionalidade.

E qual é a proposta em estudo?

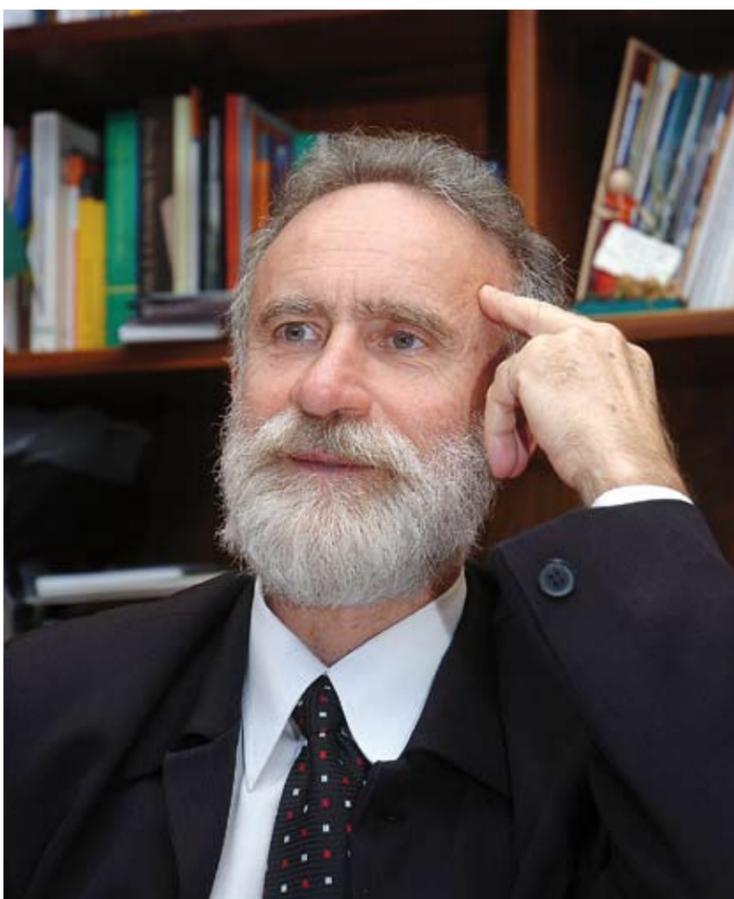
Dr. Rosinha – O projeto que apresentei e que está tramitando coloca para o Brasil 75 parlamentares, mantendo Paraguai e Uruguai com 18 e a Argentina com 32. A Venezuela, assim que entrar, teria 31. E proponho ainda que, a cada entrada de um novo país, essa proporcionalidade seja revista.

Como vai se dar a eleição dos deputados brasileiros para o Parlamento do Mercosul?

Dr. Rosinha – Aí depende muito da proporcionalidade. Há uma série de interrogações. Se forem mantidos apenas os 18 parlamentares, não vejo outra opção senão eleições nacionais por listas partidárias. Porque aí a votação individual torna-se quase impossível. Se tivermos os 75, abrem-se possibilidades. Pode ser uma eleição nacional ou regional. Porque, para fazer por estado, não haveria mais de dois deputados pela maioria dos estados, e cerca de 13 estados teriam apenas um parlamentar cada um.

O senhor prefere as listas regionais?

Dr. Rosinha – Eu acho que dá



Dr. Rosinha conduzirá o processo de consolidação do bloco econômico

uma maior responsabilidade ao parlamentar, maior representatividade, sendo regional. E aí também entra outra possibilidade: listas ou votação individual por região? Creio, novamente, que a lista é melhor, porque você vai ter que ajustar, no interior da lista, uma forma de ter representatividade de todos os estados daquela região.

Qual é o balanço que o senhor faz da atuação do Parlamento do Mercosul até aqui?

Dr. Rosinha – A gente encontra muita dificuldade de fazer o Parlamento funcionar, porque todos nós somos ainda parlamentares nacionais. Essa dificuldade é de tempo e de trabalho nessa relação. Outro problema diz respeito a uma questão cultural, porque o parlamentar nacional tem a propensão a fazer a defesa do nacional e não a defesa do regional. Isso só vai se dar com eleições diretas.

O fato de o Parlamento reunir-se apenas dois dias por mês não dificulta a tarefa dos parlamentares?

Dr. Rosinha – Dificulta porque é pouco tempo e já está surgindo um excesso de trabalho, principalmente para as comissões.

A sociedade brasileira já começa a perceber a existência do Parlamento do Mercosul?

Dr. Rosinha – Acredito que a sociedade civil organizada, que debate política nacional e até mesmo internacional, e as empresas que fazem negócios dentro do Mercosul já perceberam a existência do Parlamento. As universidades também. Há uma grande demanda surgindo de universidades, há muitas teses

de mestrado e doutorado. Esses setores já perceberam, o povo, de maneira geral, não.

Mas é o povo que vai eleger os deputados do Mercosul.

Dr. Rosinha – Por isso é que defendo, na lei eleitoral, a garantia do tempo de televisão gratuito, como ocorre hoje nas eleições nacionais.

O ato de criação da União das Nações Sul-Americanas (Unasul) prevê o estabelecimento de um novo parlamento regional em Cochabamba, na Bolívia. Como se daria a relação entre os dois parlamentos?

Dr. Rosinha – Primeiramente há uma leitura de conjuntura. Sempre se discutiu a união da América Latina. Os ventos de centro-esquerda que sopram hoje não chegaram à América Latina como um todo, mas, sim, à América do Sul. E a conjuntura hoje favorece a integração da América do Sul. Ao mesmo tempo, há dois blocos na América do Sul: o bloco andino e o Mercosul. Esses dois blocos têm que se encontrar em algum momento, para fazer a integração. Acho que a Unasul é um passo para esse encontro.

Quais os próximos passos para a consolidação do Parlamento?

Dr. Rosinha – Na hora em que se definir a proporcionalidade, vai se definir também o orçamento. Dessa forma, o Parlamento terá mais independência. Hoje o seu orçamento é de US\$ 1 milhão. Não é alto, há uma contenção de despesas. Mas, a partir de 2011, com a posse dos novos deputados e o estabelecimento da proporcionalidade, haverá maior independência.

Sessão plenária começa hoje em Tucumán

A cidade de Tucumán, no norte da Argentina, será o palco da 10ª Sessão Plenária do Parlamento do Mercosul, que começa hoje e prossegue até amanhã. Pela primeira vez realizada fora da cidade-sede do novo órgão, Montevidéu, a sessão marcará o fim da presidência argentina e a posse do primeiro presidente brasileiro, deputado Dr. Rosinha, concluindo, então, o primeiro ciclo de rodízio no comando da instituição entre os quatro países membros do bloco – Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai.

Durante o segundo semestre deste ano, Dr. Rosinha terá pela frente uma agenda polêmica. Deverá ser definido até o fim de 2008 o critério para o estabelecimento da representatividade de cada país no Parlamento.

Como as populações dos Estados membros diferem muito, está previsto o estabelecimento de um número de parlamentares por país que, pelo menos, se aproxime da dimensão populacional de cada um deles.

O número a ser definido é o que valerá para as eleições dos novos parlamentares do Mercosul, as quais deverão ocorrer até o fim de 2010 em cada uma das quatro nações. A principal tarefa do Dr. Rosinha na presidência será a de alinhar um entendimento, entre os membros do bloco, a respeito do critério de proporcionalidade que contente tanto os sócios maiores – Argentina e Brasil – quanto os menores – Paraguai e Uruguai.

Delegação

A delegação brasileira para o encontro de Tucumán será a menor já enviada a uma sessão plenária do Parlamento do Mercosul. Serão três senadores – Romeu Tuma (PTB-SP), Eduardo Azeredo (PSDB-MG) e Neuto de Conto (PMDB-SC) – e seis deputados.

Composta por nove senadores e nove deputados, a representação brasileira no Parlamento – atualmente presidida pelo senador Aloizio Mercadante (PT-SP) – tem sido uma das mais assíduas às sessões realizadas em Montevidéu. A ausência de seis senadores pode estar ligada à realização de convenções partidárias neste fim de semana para a escolha de candidatos às eleições municipais.

A 10ª Sessão Plenária ocorrerá pouco antes da Cúpula de Presidentes do Mercosul, marcada igualmente para Tucumán, na próxima terça-feira. Durante a cúpula, a presidência do bloco passará às mãos do presidente Lula.